



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

14/02/2017 ATÉ 14/02/2017

INDÍCE

1	COMARCAS	
	1.1 BLOG DO CAIO HOSTÍLIO.....	1
2	CONVÊNIOS	
	2.1 BLOG CRISTIANA FRANÇA	2
	2.2 BLOG DO MINARD.....	3
	2.3 BLOG MARCELO VIEIRA.....	4
	2.4 BLOG RICARDO SANTOS.....	5
	2.5 BLOG ZECA SOARES.....	6
	2.6 SITE JORNAL PEQUENO.....	7
	2.7 SITE O QUARTO PODER.....	8
3	DECISÕES	
	3.1 BLOG ANTÔNIO MARTINS.....	9
	3.2 BLOG CRISTIANA FRANÇA	10
	3.3 BLOG DALVANA MENDES.....	11
	3.4 BLOG DOMINGOS COSTA.....	12
	3.5 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	13
	3.6 BLOG GILBERTO LEDA.....	14
	3.7 BLOG O INFORMANTE.....	15
	3.8 IMIRANTE.COM.....	16
4	DESEMBARGADOR	
	4.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	17
	4.2 BLOG GILBERTO LEDA.....	18
	4.3 BLOG JORGE VIEIRA.....	19
	4.4 BLOG MARRAPÁ.....	20
	4.5 SITE JORNAL PEQUENO.....	21 22
5	EXECUÇÕES PENAIS	
	5.1 BLOG MARDEN RAMALHO.....	23
	5.2 BLOG RANDYSON LAÉRCIO.....	24
6	JÚIZES	
	6.1 BLOG DO NETO FERREIRA	25
7	PRECATÓRIOS	
	7.1 BLOG GLAUCIO ERICEIRA.....	26
8	SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS	
	8.1 BLOG MARRAPÁ.....	27
	8.2 INTERNET - OUTROS.....	28
9	UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO	
	9.1 SITE TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO.....	29
10	VARA CRIMINAL	
	10.1 BLOG GILBERTO LEDA.....	30
	10.2 BLOG GILBERTO LIMA.....	31
	10.3 BLOG WALDEMAR TER.....	32
	10.4 SITE JORNAL PEQUENO.....	33

TJ adia decisão sobre recurso de ex-secretários

Guerreiro Junior deve proferir voto na próxima semana sobre o recurso de ex-secretários de Fazenda

Um novo pedido para estudar mais o processo feito pelo desembargador Guerreiro Junior, provocou mais um adiamento do julgamento do recurso apresentado pelos advogados do ex- secretários de Estado da Fazenda, Cláudio Trichão e Akio Valente contra decisão tomada pela Justiça que acatando pedido feito pelo Ministério Público em Ação Civil Pública determinou a quebra dos sigilos bancário e fiscal e também a indisponibilidade de bens dos dois ex-secretários, acusados de improbidade administrativa por suspeita de envolvimento em esquema de concessão de isenções fiscais na secretaria da Fazenda, durante a gestão da ex-governadora Roseana Sarney(PMDB)

O recurso apresentado pelo ex-secretários foi rejeitado em decisão individual tomada pelo relator do caso, o desembargador Marcelo Carvalho. Agora, o caso está sob apreciação da Segunda Câmara Civil do Tribunal de Justiça, composta por Marcelo Carvalho, Guerreiro Junior e Nelma Sarney.

Guerreiro Junior prometeu apresentar o voto na próxima semana, que pode ser favorável ao posicionamento do relator, ou ser contrário ao que foi decidido por Marcelo Carvalho. A denúncia feita pelo Ministério Público inclui além de dois ex-secretário de Estado, a ex-governadora Roseana Sarney (PMDB) e é considerada pelas pessoas denunciadas como resultado de o que definem como “motivação política” da denúncia feita pelo MP, a partir de investigação realizada pela Secretaria de Transparência e Controle STC.

A denúncia feita pelo MP também inclui os ex ex-procuradores-gerais Marcos Alessandro Coutinho Passos Lobo e Helena Maria Cavalcanti Haickel, além do ex-procurador adjunto Ricardo Gama Pestana.

No entendimento do promotor Paulo Barbosa de Carvalho, eles teriam ajudado no esquema ao emitirem parecer favoráveis às compensações tributárias fraudulentas. O julgamento do recurso ficou agendado para a próxima semana.

Prefeito Luis Fernando recebe Comissão Estadual de Prevenção às Drogas

O prefeito de São José de Ribamar, Luis Fernando, recebeu na tarde desta segunda-feira (13), o Comitê Estadual de Prevenção às drogas no Maranhão. Na equipe, a coordenadora da Comissão Externa da Câmara dos Deputados sobre o consumo de drogas entre jovens, a deputada federal Eliziane Gama (PPS), além do juiz Júlio Prazeres responsável por coordenar a campanha contra às drogas junto ao Tribunal de Justiça.

Durante o encontro a comissão apresentou a campanha “Maranhão na Prevenção às Drogas”, que visa integrar os municípios maranhenses na luta pela prevenção, repressão e desenvolvimento de ações de combate às drogas em todo o estado, o que segundo a deputada Eliziane Gama, precisa acontecer urgentemente, uma vez que o estado figura entre os três mais violentos do país.

“Precisamos nos unir no combate a esse mal que vem tomando conta de forma muito rápida de nossas famílias e principalmente dos nossos jovens. Contamos com a adesão de São José de Ribamar na luta pela prevenção”, disse a parlamentar.

Para o prefeito Luis Fernando a campanha chega em um bom momento e terá não apenas a adesão do município como também a parceria no desenvolvimento de ações para a criação de frentes que fortaleçam ainda mais as ações de prevenção criadas e/ou estabelecidas pelo Comitê da campanha.

“Não apenas vamos aderir como também designar nossa equipe que integrará o Comitê no desenvolvimento de ações preventivas, que, aliás, já fazem parte de nossa rotina, a exemplo do projeto “voluntariado”, criado em minha gestão e que esta sendo retomado para trabalhar a partir de agora também questões específicas como estas nos bairros da cidade”, disse o prefeito detalhando que cerca de 62 bairros integram o projeto que conta com o total de 3 mil pessoas que deverão colaborar com a disseminação das ações.

Ficou definido ainda que a participação da Prefeitura de São José de Ribamar na campanha será por meio das Secretarias que tratam da temática como: Educação, Saúde, Cultura, Juventude, e Assistência Social. Nos próximos dias também será assinado formalmente o termo de adesão e cooperação para a formalização da adesão bem como início da formatação de políticas municipais voltadas a prevenção às drogas.

Justiça impede suspensão de serviços da Oi para Cemar

Uma decisão unânime da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) foi desfavorável a recurso da Telemar Norte Leste - atualmente denominada Oi - que pretendia suspender o fornecimento de serviços de telefonia fixa, móvel, internet e link de dados para a Cemar (Companhia Energética do Maranhão), até a regularização de um débito de R\$ 1.956.080,08 da empresa de energia elétrica com a operadora. Os desembargadores mantiveram a decisão da 13ª Vara Cível do Termo Judiciário de São Luís, da Comarca da Ilha, que deferiu liminar pedida pela Cemar, para determinar que a empresa de telefonia se abstenha de suspender os serviços prestados à companhia elétrica, sob pena de multa de R\$ 30 mil.

O entendimento da 5ª Câmara Cível, de acordo com o voto do relator, desembargador Raimundo Barros, foi de que a suspensão dos serviços fornecidos pela Oi provocaria impacto no serviço de fornecimento de energia elétrica, o que acarretaria prejuízos que atingiriam a coletividade. Ressaltou que a Cemar realizou depósito judicial, a título de caução e garantia do pagamento da quantia cobrada pela Oi.

COMPENSAÇÃO - A empresa de telefonia ajuizou um pedido de efeito suspensivo contra a antecipação de tutela solicitada pela Cemar e deferida pela 13ª Vara Cível da capital. A Oi considera mais do que justa a suspensão do fornecimento até o pagamento do débito pela companhia de energia elétrica. A Cemar, por sua vez, alega possuir crédito a receber da operadora de telefonia em valor maior do que o débito que possui com a Oi, requerendo, assim, a compensação das dívidas.

A Cemar sustentou que os serviços de telecomunicações, especialmente o link de dados, são necessários para o controle de interrupção de energia elétrica. Acrescentou que a suspensão ou corte desse serviço fornecido pela Oi a impossibilita de monitorar suas subestações.

O desembargador Raimundo Barros observou que a situação requer cautela e cuidados, já que a possibilidade de suspensão dos serviços fornecidos pela agravante acarretaria prejuízos coletivos. Os desembargadores José de Ribamar Castro e Ricardo Duailibe também negaram provimento ao agravo ajuizado pela Telemar Norte Leste (Oi). O mérito da ação ainda será julgado pela Justiça de 1º Grau.

TJ mantém escolas proibidas de centralizar fornecimento de material

Os desembargadores da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) negaram recurso do Sindicato dos Estabelecimentos da Rede Particular do Maranhão (SINEPE-MA), que pretendia suspender os efeitos da Portaria N° 52/2015 do Procon-MA. O documento define regras às escolas particulares quanto ao fornecimento de materiais escolares, bem como a proibição de indicação de marcas de itens, fardamento e restrições ao reajuste de mensalidades .

A decisão da Câmara manteve sentença do plantão judiciário da capital, que negou o pedido por considerar inadequado o manejo de mandado de segurança para o caso.

O SINEPE-MA ajuizou Mandado de Segurança contra o ato do Procon-MA afirmando que a Portaria N° 52/2015 - com nova redação dada pela Portaria nº. 01/2017 - violaria os princípios da legalidade, isonomia, segurança jurídica, razoabilidade e proporcionalidade, por apresentar caráter normativo geral, usurpando prerrogativas ao extrapolar sua atuação administrativa e normativa. Alegou ainda que a Portaria confere às escolas particulares uma série de restrições arbitrárias em matéria devidamente regulamentada pela legislação federal.

A decisão do plantão judiciário extinguiu o processo denegando a segurança, por considerar que a Portaria N° 52/2015 não seria ato de efeito concreto, uma vez que se reveste do caráter de generalidade e abstração, afastando o caráter eminentemente regulamentar, de forma que o mandado de segurança seria incabível, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) - a quem compete o controle concentrado de constitucionalidade de ato normativo estadual.

No mesmo sentido, os desembargadores denegaram recurso contra a sentença de 1º Grau, por entenderem que o mandado de segurança deve ser utilizado para anular ato que tenha violado direito líquido e certo.

Para a relatora, desembargadora Nelma Sarney, o caso deveria ser objeto de ação própria, com procedimento diferenciado. "Para pretender o reconhecimento da ilegalidade da portaria, a ação e procedimentos são outros, pois o mandado de segurança não se presta para impugnação de lei em tese", avaliou.

A votação do recurso e a sentença de 1º Grau não se manifestaram quanto à legalidade ou não da Portaria N° 52/2015, com a nova redação.

Prefeito (PCdoB) de Esperantinópolis vira réu em processo que desviou dinheiro de creche?

13/02/2017 21:19:29

O prefeito de Esperantinópolis, Aluísio Carneiro Filho, do PCdoB, figura como réu, por crime de peculato. O processo tramita Comarca de Esperantinópolis, sob o nº 904-49.2013.8.10.0086, que ficou conhecido como Processo da CRECHE, cuja empresa de propriedade do prefeito recebeu da Prefeitura Municipal de Esperantinópolis, na conta corrente pessoal da esposa Maria Cristina Lima Carneiro nº 9.755-1 agência 1313-7 do Banco do Brasil Esperantinópolis, sem ter levantado uma única parede da creche.

Foram três transferências bancária no valor total de R\$ 265.000,00 (duzentos e sessenta e cinco mil reais) e até esta data a referida empresa não construiu a Creche, e quem saiu perdendo foram as crianças do Bairro Pedro Jovita, onde deveria existir a referida creche, que a construção fora recebido pela empresa do prefeito "comunista"... Quem fez as referidas medições?

O processo foi movimentado pela última vez dia 07/02/2017, enquanto as crianças sonham com a creche.

O certo é que o prefeito continua no cargo ao ser réu num processo de peculato... Cadê a Justiça no Maranhão?

Não vendo o seu próprio rabo, não é que o prefeito réu está movendo uma ação por improbidade contra os ex-gestores da cidade?

Aí vale se lembrar do ditado popular: "o sujo falando do mal lavado", ou melhor, um RÉU querendo incriminar um ex-prefeito que votou nele.

Luis Fernando recebe Comissão Estadual de Prevenção às Drogas em Ribamar

13/02/2017 21:30:41

Comissão reunida com Luis Fernando

O prefeito de São José de Ribamar, Luis Fernando, recebeu na tarde desta segunda-feira (13), o Comitê Estadual de Prevenção às drogas no Maranhão. Na equipe, a coordenadora da Comissão Externa da Câmara dos Deputados sobre o consumo de drogas entre jovens, a deputada federal Eliziane Gama (PPS), além do juiz Júlio Prazeres responsável por coordenar a campanha contra às drogas junto ao Tribunal de Justiça.

Durante o encontro a comissão apresentou a campanha "Maranhão na Prevenção às Drogas", que visa integrar os municípios maranhenses na luta pela prevenção, repressão e desenvolvimento de ações de combate às drogas em todo o Estado, o que segundo a deputada Eliziane Gama, precisa acontecer urgentemente, uma vez que o estado figura entre os três mais violentos do país.

"Precisamos nos unir no combate a esse mal que vem tomando conta de forma muito rápida de nossas famílias e principalmente dos nossos jovens. Contamos com a adesão de São José de Ribamar na luta pela prevenção", disse a parlamentar.

Para o prefeito Luis Fernando a campanha chega em um bom momento e terá não apenas a adesão do município como também a parceria no desenvolvimento de ações para a criação de frentes que fortaleçam ainda mais as ações de prevenção criadas e/ou estabelecidas pelo Comitê da campanha.

"Não apenas vamos aderir como também designar nossa equipe que integrará o Comitê no desenvolvimento de ações preventivas, que, aliás, já fazem parte de nossa rotina, a exemplo do projeto "voluntariado", criado em minha gestão e que esta sendo retomado para trabalhar a partir de agora também questões específicas como estas nos bairros da cidade", disse o prefeito detalhando que cerca de 62 bairros integram o projeto que conta com o total de 3 mil pessoas que deverão colaborar com a disseminação das ações.

Ficou definido ainda que a participação da Prefeitura de São José de Ribamar na campanha será por meio das Secretarias que tratam da temática como: Educação, Saúde, Cultura, Juventude, e Assistência Social. Nos próximos dias também será assinado formalmente o termo de adesão e cooperação para a formalização da adesão bem como início da formatação de políticas municipais voltadas a prevenção às drogas.

O post [Luis Fernando recebe Comissão Estadual de Prevenção às Drogas em Ribamar](#) apareceu primeiro em [Blog do Minard](#).

Juíza diz que foi ingênua ao receber dinheiro de Prefeitura em conta pessoal

14/02/2017 08:56:54

No Maranhão, a a contaminação não entranhou somente nos poderes Legislativo e Executivo. Mas também, no Judiciário. Como é o caso da titular da Comarca de Coroatá, juíza Josane Araújo Farias Braga, que tem ganhado ampla repercussão no Estado.

Documentos mostram, claramente, que a magistrada recebeu o valor de R\$ 6.800,00 mil do FPM -Fundo de Participação dos Municípios- em sua conta pessoal, ou seja, dinheiro público. A reportagem foi divulgada pelo Blog do Luis Pablo.

Ao se defender, em um grupo de WhatsApp, Josane usou a palavra ingênua para classificar a sua atitude em receber o montante transferido pela Prefeitura de Peritoró. "*Foi uma grande ingenuidade ter cedido minha minha conta para poder viabilizar o pagamento das despesas convênio da prefeitura*"

A juíza alega que o dinheiro recebido foi referente ao pagamento das despesas de um mutirão que fez em 2012, No entanto, não foi feito um convênio empenho, projeto básico, convênio ou congênere e sem prestação de contas, haja vista que o referido repasse não passou por nenhuma dotação orçamentária, previsão de pagamentos municipais, e tampouco existiram programas oficiais do Poder Judiciário estadual que justificassem tal repasse.

O mais intrigante é que a magistrada agora critica quem divulgou os extratos dos recebimentos de sua conta pessoal. Ou seja, o errado é o autor da reportagem?

É óbvio que a juíza errou ao receber dinheiro de prefeitura em sua conta pessoal. E isso demonstra que há indícios de corrupção no Judiciário maranhense.

Guerreiro Júnior pede mais sete dias para "estudar" o processo de Trinchão na máfia da Sefaz

Des. Guerreiro Júnior vai estudar a pela jurídica com mais calma...

Mais uma vez foi adiado o julgamento do recurso de agravo por parte da defesa do ex-secretário de Fazenda, Cláudio Trinchão, investigado na operação Simulacro, popularmente conhecida como "Máfia da Sefaz".

O desembargador Guerreiro Júnior, solicitou mais sete dias para estudar a peça jurídica e colocará em pauta o processo novamente na próxima terça-feira (21). A Justiça determinou bloqueio dos bens de Cláudio Trinchão e o ex-secretário recorreu.

No dia 31 de outubro, a 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Tributária e Econômica ingressou com uma Ação Civil Pública por atos de improbidade administrativa contra 10 pessoas envolvidas, entre elas Trinchão e a ex-governadora Roseana Sarney, em um esquema de concessão ilegal de isenções fiscais na Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz).

CASO SEFAZ: Julgamento envolvendo Claudio Trinchão é adiado mais uma vez

O julgamento estava previsto para acontecer na manhã dessa terça-feira (14) na Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão.

O processo tramita desde o ano passado. Em 2016, o desembargador Marcelo Carvalho Silva, relator do caso, julgou em decisão monocrática, contrário o recurso interposto pela defesa de Cláudio José Trinchão Santos.

Cláudio Trinchão como é mais conhecido foi Secretário de Estado da Fazenda no governo Roseana Sarney, a ex-governadora também é citada no processo, além deles dois outras oito pessoas também foram investigadas e tiveram seus nomes citados no processo.

Na lista estão os ex-procuradores gerais do Estado, Marcos Alessandro Coutinho Passos Lobo e Helena Maria Cavalcante Haickel, o ex-procurador adjunto do estado Ricardo Gama Pestana, os advogados José Arturo e Euda Maria Lacerda, o ex-diretor da Célula de Gestão da Ação Fiscal da Secretaria de Estado da Fazenda, Raimundo José Rodrigues do Nascimento, o analista de sistemas Edimilson Santos Ahid Neto e o ex-secretário de Estado da Fazenda e ex-secretário adjunto da Administração Tributária, Akio Valente. Hoje (14) o desembargador Guerreiro Júnior que já havia pedido vista do processo no dia 7 deste mês, voltou a pedir mais uma semana para estudar o caso.

No dia 31 de outubro, a 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Tributária e Econômica ingressou com uma Ação Civil Pública por atos de improbidade administrativa contra 10 pessoas envolvidas em um esquema de concessão ilegal de isenções fiscais na Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz). O esquema teria causado um prejuízo superior a R\$ 400 milhões aos cofres públicos.

As investigações do Ministério Público do Maranhão foram realizadas a partir de auditorias feitas pelas Secretarias de Estado da Transparência e Controle, e da Fazenda, que apontaram irregularidades, como compensações tributárias ilegais, implantação de filtro no sistema da secretaria, garantindo a realização dessas operações tributárias ilegais e reativação de parcelamento de débitos de empresas que nunca pagavam as parcelas devidas. Ainda foram identificadas a exclusão indevida dos autos de infração de empresas do banco de dados, além da contratação irregular de empresa especializada na prestação de serviços de tecnologia da informação, com a finalidade de garantir a continuidade dos crimes.

CASO SEFAZ: Julgamento envolvendo Claudio Trinchão é adiado mais uma vez

O julgamento estava previsto para acontecer na manhã dessa terça-feira (14) na Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão.

O processo tramita desde o ano passado. Em 2016, o desembargador Marcelo Carvalho Silva, relator do caso, julgou em decisão monocrática, contrário o recurso interposto pela defesa de Cláudio José Trinchão Santos.

Cláudio Trinchão como é mais conhecido foi Secretário de Estado da Fazenda no governo Roseana Sarney, a ex-governadora também é citada no processo, além deles dois outras oito pessoas também foram investigadas e tiveram seus nomes citados no processo.

Na lista estão os ex-procuradores gerais do Estado, Marcos Alessandro Coutinho Passos Lobo e Helena Maria Cavalcante Haickel, o ex-procurador adjunto do estado Ricardo Gama Pestana, os advogados José Arturo e Euda Maria Lacerda, o ex-diretor da Célula de Gestão da Ação Fiscal da Secretaria de Estado da Fazenda, Raimundo José Rodrigues do Nascimento, o analista de sistemas Edimilson Santos Ahid Neto e o ex-secretário de Estado da Fazenda e ex-secretário adjunto da Administração Tributária, Akio Valente. Hoje (14) o desembargador Guerreiro Júnior que já havia pedido vista do processo no dia 7 deste mês, voltou a pedir mais uma semana para estudar o caso.

No dia 31 de outubro, a 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Tributária e Econômica ingressou com uma Ação Civil Pública por atos de improbidade administrativa contra 10 pessoas envolvidas em um esquema de concessão ilegal de isenções fiscais na Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz). O esquema teria causado um prejuízo superior a R\$ 400 milhões aos cofres públicos.

As investigações do Ministério Público do Maranhão foram realizadas a partir de auditorias feitas pelas Secretarias de Estado da Transparência e Controle, e da Fazenda, que apontaram irregularidades, como compensações tributárias ilegais, implantação de filtro no sistema da secretaria, garantindo a realização dessas operações tributárias ilegais e reativação de parcelamento de débitos de empresas que nunca pagavam as parcelas devidas. Ainda foram identificadas a exclusão indevida dos autos de infração de empresas do banco de dados, além da contratação irregular de empresa especializada na prestação de serviços de tecnologia da informação, com a finalidade de garantir a continuidade dos crimes.

TJ mantém escolas proibidas de centralizar fornecimento de material

Os desembargadores da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) negaram recurso do Sindicato dos Estabelecimentos da Rede Particular do Maranhão (SINEPE-MA), que pretendia suspender os efeitos da Portaria N° 52/2015 do Procon-MA. O documento define regras às escolas particulares quanto ao fornecimento de materiais escolares, bem como a proibição de indicação de marcas de itens, fardamento e restrições ao reajuste de mensalidades ([saiba mais](#)).

A decisão da Câmara manteve sentença do plantão judiciário da capital, que negou o pedido por considerar inadequado o manejo de mandado de segurança para o caso.

O SINEPE-MA ajuizou Mandado de Segurança contra o ato do Procon-MA afirmando que a Portaria N° 52/2015 - com nova redação dada pela Portaria nº. 01/2017 - violaria os princípios da legalidade, isonomia, segurança jurídica, razoabilidade e proporcionalidade, por apresentar caráter normativo geral, usurpando prerrogativas ao extrapolar sua atuação administrativa e normativa. Alegou ainda que a Portaria confere às escolas particulares uma série de restrições arbitrárias em matéria devidamente regulamentada pela legislação federal.

A decisão do plantão judiciário extinguiu o processo denegando a segurança, por considerar que a Portaria N° 52/2015 não seria ato de efeito concreto, uma vez que se reveste do caráter de generalidade e abstração, afastando o caráter eminentemente regulamentar, de forma que o mandado de segurança seria incabível, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) - a quem compete o controle concentrado de constitucionalidade de ato normativo estadual.

No mesmo sentido, os desembargadores denegaram recurso contra a sentença de 1º Grau, por entenderem que o mandado de segurança deve ser utilizado para anular ato que tenha violado direito líquido e certo.

Para a relatora, desembargadora Nelma Sarney, o caso deveria ser objeto de ação própria, com procedimento diferenciado. "Para pretender o reconhecimento da ilegalidade da portaria, a ação e procedimentos são outros, pois o mandado de segurança não se presta para impugnação de lei em tese", avaliou.

A votação do recurso e a sentença de 1º Grau não se manifestaram quanto à legalidade ou não da Portaria N° 52/2015, com a nova redação.

VÍDEO! Desembargador agride casal homoafetivo em São Luís

14/02/2017 12:48:37

O desembargador Jaime Ferreira de Araújo - colocado compulsoriamente em disponibilidade em 2014, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), após assediar sexualmente uma candidata a juíza (reveja [aqui](#) e [aqui](#)) - foi novamente denunciado ao CNJ.

Agora, pesa contra ele acusação de agressão a um casal homoafetivo, ocorrida em outubro do ano passado. O corregedor nacional de Justiça, ministro João Otávio de Noronha, determinou que Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) colha do magistrado informações sobre o ocorrido.

Jaime Ferreira foi denunciado após agredir, verbal e fisicamente, o casal Vinicius Martins/Ravian Garrido, em uma clínica do Medical Jaracaty.

Eles se desentenderam por conta da ordem de atendimento.

O desembargador chegou primeiro ao local, na manhã do dia 26 de outubro, mas discutiu logo com o zelador do estabelecimento e, nervoso, não pegou uma senha ao entrar na clínica.

Vinicius Martins e Ravian Garrido, que chegaram depois, sem saber do corrido antes, pegaram logo a senha número 01 - sobrou a senha 02 para Ferreira.

A partir disso, deu-se uma discussão - quando, segundo o casal, eles foram chamados de "veados, moleques, casal de bichas" - e, em certo momento (*veja no vídeo*), o desembargador desferiu um chute contra um dos jovens.

Caso Sefaz: MP misturou alhos com bugalhos

14/02/2017 07:00:45

O Ministério Público misturou alhos com bugalhos ao anunciar, ontem (13), que o TJ retomaria hoje (14) o julgamento de um agravo interposto por Cláudio Trinchão contra a Operação Simulacro.

Nada que ver...

A Operação Simulacro, por meio da qual o promotor Paulo Ramos denunciou dez pessoas - incluindo Trinchão - por suposta fraude na compensação de créditos tributários, foi desencadeada no final de outubro do ano passado.

O agravo interposto pelo ex-secretário da Fazenda do Maranhão refere-se, na verdade, a uma ação de junho do ano passado, de autoria do mesmo Paulo Ramos.

São casos diferentes...

No caso agravado, o promotor denuncia suposta fraude na concessão de benefícios fiscais a pelo menos 190 empresas.

Após a denúncia, a juíza Luzia Madeiro Neponucena, da 1ª Vara da Fazenda Pública, acatou os argumentos do MP e determinou o bloqueio de bens de Trinchão e de Akio Wakiyama.

Foi para desbloquear os bens que o ex-secretário protocolou o agravo que, segundo o MP, será julgado nesta terça-feira.

Embora boa fonte do blog garanta que ainda não haverá julgamento...

"Máfia da Sefaz": Recurso na ação de improbidade tem julgamento marcado para esta terça-feira

13/02/2017 00:00:00

O julgamento do recurso de agravo referente a ação de improbidade da 'Operação Simulacro' está marcado para esta terça-feira, 14 de fevereiro, às 9h, na sede do Tribunal de Justiça. O documento está registrado no sistema Processo Judicial Eletrônico (PJE) sob nº 0800374-71.2016.8.10.0000.

Em 2016, o desembargador Marcelo Carvalho Silva, relator do caso, julgou, em decisão monocrática, contra recurso interposto pela defesa de Cláudio José Trinchão Santos. Na sessão do dia 07 de fevereiro, o julgamento do agravo interno foi adiado após pedido de vista do desembargador Antônio Pacheco Guerreiro Junior.

ENTENDA O CASO

No dia 31 de outubro, a 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Tributária e Econômica ingressou com uma Ação Civil Pública por atos de improbidade administrativa contra 10 pessoas envolvidas em um esquema de concessão ilegal de isenções fiscais na Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz). O esquema causou prejuízo superior a R\$ 400 milhões ao erário.

As investigações do Ministério Público do Maranhão, a partir de auditorias realizadas pelas Secretarias de Estado de Transparência e Controle e da Fazenda, apontaram irregularidades como compensações tributárias ilegais, implantação de filtro no sistema da secretaria, garantindo a realização dessas operações tributárias ilegais e reativação de parcelamento de débitos de empresas que nunca pagavam as parcelas devidas.

Também foram identificadas a exclusão indevida dos autos de infração de empresas do banco de dados, além da contratação irregular de empresa especializada na prestação de serviços de tecnologia da informação, com a finalidade de garantir a continuidade das práticas delituosas.

Foram alvos da ação o ex-secretário de Estado da Fazenda, Cláudio José Trinchão Santos; o ex-secretário de Estado da Fazenda e ex-secretário-adjunto da Administração Tributária, Akio Valente Wakiyama; o ex-diretor da Célula de Gestão da Ação Fiscal da Secretaria de Estado da Fazenda, Raimundo José Rodrigues do Nascimento; o analista de sistemas Edimilson Santos Ahid Neto; o advogado Jorge Arturo Mendoza Reque Júnior; Euda Maria Lacerda; a ex-governadora do Maranhão, Roseana Sarney Murad; os ex-procuradores gerais do Estado, Marcos Alessandro Coutinho Passos Lobo e Helena Maria Cavalcanti Haickel; e o ex-procurador adjunto do Estado do Maranhão, Ricardo Gama Pestana.

leia mais: <https://goo.gl/JHNOgk>

Precatórios no MA: 134 municípios e uma dívida de mais de R\$ 153 milhões

Cento e trinta e quatro municípios figuram na lista de devedores de precatórios no Maranhão. A relação foi divulgada pelo Poder Judiciário no fim de 2016.

Juntas, as cidades devem mais de R\$ 153 milhões. Esta dívida, resultante de ações judiciais movidas contra as prefeituras, terá que ser paga ou negociada pelos prefeitos que assumiram o primeiro mandato e por aqueles que foram reeleitos.

A maior dívida é acumulada pelo município de São Luís, que terá que negociar, antes do sequestro por parte da Justiça, o pagamento de mais de R\$ 51 milhões.

A Fundação Municipal de Cultura e o IPAM, órgãos da administração municipal, também aparecem como devedores — R\$ 59.576,87 e R\$ 2.174.677,36, respectivamente.

Na segunda colocação está a cidade de Matões, com uma dívida superior aos R\$ 5 milhões.

No mês passado, os presidentes da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão e do Tribunal de Justiça, prefeito Cleomar Tema (Tuntum) e desembargador Cleones Carvalho Cunha, respectivamente, iniciaram tratativas que visam encontrar alternativas relacionadas à cobrança de dívidas de precatórios para as cidades maranhenses.

O assunto é uma das principais reivindicações dos atuais prefeitos e prefeitas feitas à entidade municipalista.

Tema sugeriu ao desembargador que seja estudada uma maneira para que a cobrança não atinja recursos depositados mensalmente nos chamados fundos constitucionais nas áreas da educação, saúde e assistência social.

Cleones Cunha explicou que a cobrança da dívida é uma exigência legal e que, constantemente, o Conselho Nacional de Justiça realiza inspeções com o objetivo de verificar se os Tribunais de Justiça do país estão, ou não, cumprindo a lei.

O desembargador avaliou como interessante a proposta do presidente da FAMEM e determinou que a coordenação de precatórios do Tribunal, juntamente com a assessoria jurídica da entidade, aprofundem os estudos.

Também foi discutida uma parceria institucional entre o Poder Judiciário e a Federação no sentido de orientar os gestores a procurarem o Tribunal para negociar o pagamento dos precatórios.

Máfia da Sefaz: julgamento do recurso de Trinchão é adiado outra vez

14/02/2017 16:59:32

Marrapá Mais uma vez foi adiado o julgamento do recurso de agravo por parte da defesa do ex-secretário de Fazenda, Cláudio Trinchão, investigado na operação Simulacro, popularmente conhecida como "Máfia da Sefaz". O desembargador Guerreiro Júnior, solicitou mais sete dias para estudar a peça jurídica e colocará em pauta o processo novamente na próxima terça-feira [...]

Prefeito Luis Fernando recebe Comissão Estadual de Prevenção às Drogas

14/02/2017 15:37:20

O prefeito de São José de Ribamar, Luis Fernando, recebeu na tarde desta segunda-feira (13), o Comitê Estadual de Prevenção às drogas no Maranhão. Na equipe, a coordenadora da Comissão Externa da Câmara dos Deputados sobre o consumo de drogas entre jovens, a deputada federal Eliziane Gama (PPS), além do juiz Júlio Prazeres responsável por coordenar a campanha contra às drogas junto ao Tribunal de Justiça.

Durante o encontro a comissão apresentou a campanha "Maranhão na Prevenção às Drogas", que visa integrar os municípios maranhenses na luta pela prevenção, repressão e desenvolvimento de ações de combate às drogas em todo o estado, o que segundo a deputada Eliziane Gama, precisa acontecer urgentemente, uma vez que o estado figura entre os três mais violentos do país.

"Precisamos nos unir no combate a esse mal que vem tomando conta de forma muito rápida de nossas famílias e principalmente dos nossos jovens. Contamos com a adesão de São José de Ribamar na luta pela prevenção", disse a parlamentar.

Para o prefeito Luis Fernando a campanha chega em um bom momento e terá não apenas a adesão do município como também a parceria no desenvolvimento de ações para a criação de frentes que fortaleçam ainda mais as ações de prevenção criadas e/ou estabelecidas pelo Comitê da campanha.

"Não apenas vamos aderir como também designar nossa equipe que integrará o Comitê no desenvolvimento de ações preventivas, que, aliás, já fazem parte de nossa rotina, a exemplo do projeto "voluntariado", criado em minha gestão e que esta sendo retomado para trabalhar a partir de agora também questões específicas como estas nos bairros da cidade", disse o prefeito detalhando que cerca de 62 bairros integram o projeto que conta com o total de 3 mil pessoas que deverão colaborar com a disseminação das ações.

Ficou definido ainda que a participação da Prefeitura de São José de Ribamar na campanha será por meio das Secretarias que tratam da temática como: Educação, Saúde, Cultura, Juventude, e Assistência Social. Nos próximos dias também será assinado formalmente o termo de adesão e cooperação para a formalização da adesão bem como início da formatação de políticas municipais voltadas a prevenção às drogas.

STTREMA aumenta preocupação com assaltos a ônibus que voltam a crescer na grande São Luís

13/02/2017 05:00:00

Com base em estatísticas fornecidas pelas empresas que realizam o transporte público em São Luís, o sinal de alerta foi novamente acionado. Nos meses de dezembro de 2016 e janeiro de 2017, os assaltos a ônibus atingiram índices preocupantes.

Em Dezembro do ano passado, foram 69 assaltos a coletivos em toda a Região Metropolitana. Sendo assim, 2016 fechou com 604 ocorrências do tipo. Os 69 registros, estão bem acima do que foi verificado em Agosto, Setembro, Outubro e Novembro, período em que o crime chegou a cair. Mesmo diante de toda essa trajetória, os 604 assaltos do ano passado, estão abaixo dos 662 contabilizados nos doze meses de 2015.

O ano de 2017, também não começou muito bem. Nos 31 dias de Janeiro, foram 77 assaltos em toda a Grande São Luís, número ainda maior que em Dezembro. Pelas estatísticas é possível observar que não existem bairros onde a prática é mais comum. Os crimes foram cometidos nas diversas regiões da capital. Em algumas datas, houveram picos desse tipo ação. Em 21 de Janeiro, por exemplo, foram 07 assaltos, no dia seguinte, foram 06 ocorrências e nos dias 24 e 25 de Janeiro, a soma foi de 10 assaltos em 48 horas.

Com essas estatísticas em mãos, o Presidente do Sindicato dos Rodoviários, Isaias Castelo Branco deverá solicitar uma reunião com as autoridades de Segurança Pública e cobrar ações enérgicas, no que se refere ao combate a essa modalidade de crime. A operação 'Busca Implacável', desenvolvida pela Polícia Militar, que consiste em abordagens surpresas dentro dos ônibus, de fato surtiu efeito nos primeiros meses, mas agora, ao que tudo indica, precisa planejar novas estratégias, que possibilitem a redução nos índices.

"Mais uma vez, retornamos a este assunto desagradável e que gera em toda a diretoria do Sindicato, muita preocupação. Só quem é motorista, cobrador, fiscal, além é claro, dos usuários, sabem o pânico que um assalto a ônibus causa. Estamos lidando com vidas e por isso, a necessidade de novas ações que possam impedir os crimes e prender os assaltantes. Não podemos permitir que os assaltos voltem a aterrorizar a população de São Luís. O papel do Sindicato dos Rodoviários é exigir da polícia o combate efetivo dos assaltos e isso temos feito incansavelmente. Infelizmente, a justiça também não colabora e concede constantemente, o benefício da saída temporária para centenas de presos. Não são todos, não podemos generalizar, mas muitos aproveitam essa 'liberdade' para voltar a praticar crimes. Espero que ainda nesta semana, a Secretaria de Segurança Pública, possa nos atender para discutir a questão", enfatiza Isaias Castelo Branco, Presidente do Sindicato dos Rodoviários do Maranhão.

Máfia da Sefaz: julgamento do recurso de Trinchão é adiado outra vez

14/02/2017 15:41:02

Mais uma vez foi adiado o julgamento do recurso de agravo por parte da defesa do ex-secretário de Fazenda, Cláudio Trinchão, investigado na operação Simulacro, popularmente conhecida como "Máfia da Sefaz".

O desembargador Guerreiro Júnior, solicitou mais sete dias para estudar a peça jurídica e colocará em pauta o processo novamente na próxima terça-feira (21). A Justiça determinou bloqueio dos bens de Cláudio Trinchão e o ex-secretário recorreu.

No dia 31 de outubro, a 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Tributária e Econômica ingressou com uma Ação Civil Pública por atos de improbidade administrativa contra 10 pessoas envolvidas, entre elas Trinchão e a ex-governadora Roseana Sarney, em um esquema de concessão ilegal de isenções fiscais na Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz). O esquema causou prejuízo superior a R\$ 400 milhões ao erário.

Edilázio Júnior atrai contratos com prefeituras com expectativa de poder

O deputado Edilázio Júnior (PV) aposta que a desembargadora Nelma Sarney vai presidir o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão a partir de novembro, quando acontece a escolha da nova diretoria da corte. Na perspectiva de se confirmar o infortúnio, o parlamentar avança na conquista de clientes para seu escritório de assessoria jurídica e contábil. Preferencialmente são as prefeituras seu alvo de atuação.

No perfil dos prefeitos que aceitam o assédio constam os que enfrentaram recentemente ou no passado as barras da Justiça, safando-se por artilosidade que somente aos políticos é dado o talento.

A pressão sobre os prefeitos não é novidade no modus operandi do deputado. Em 2010 para conquistar o primeiro mandato como genro da desembargadora, a pressão sobre os prefeitos enalacrados com a justiça foi sem disfarces. Desde lá o fermento para sua carreira tem sido colhido nos corredores das cortes.

Além da parenta postiça dos Sarney, na disputa para suceder o desembargador Cleones Cunha estão ainda o desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos e Maria das Graças Duarte, atual vice-presidente do TJMA. Os três preenchem a exigência de antiguidade no processo sucessório da corte.

TJMA julga amanhã agravo que ameaça 'Operação Simulacro'

Por: O Informante

Um recurso que pode acabar com o 'Operação Simulacro' será julgado amanhã, às 9h, no Tribunal de Justiça (TJMA). A operação desbaratou um esquema na Sefaz (Secretaria de Estado da Fazenda) que causou prejuízo superior a R\$ 400 milhões ao erário estadual.

O agravo referente à ação de improbidade foi ajuizado pelo ex-secretário estadual de Fazenda Cláudio Trinchão, um dos principais acusados da fraude.

O desembargador Marcelo Carvalho, relator do caso, em decisão monocrática, julgou improcedente o recurso interposto pela defesa de Trinchão. Na semana passada, o julgamento do agravo foi adiado após pedido de vista do desembargador Guerreiro Junior. Cláudio Trinchão aposta que começa hoje o desmonte da 'Operação Simulacro'. (Mais informações amanhã no Jornal Pequeno)

1ª VEP REALIZA INSPEÇÕES MENSAS AO COMPLEXO PRISIONAL DE PEDRINHAS

A juíza Ana Maria Vieira, titular da 1ª VEP - Vara de Execuções Penais da Comarca da Ilha de São Luís -, atendeu individualmente mais de 800 presos nos últimos sete meses, durante inspeções realizadas no Complexo Prisional de Pedrinhas, para verificação da situação dos internos que cumprem pena no local. O objetivo é que os processos de réus presos tenham andamento regular, mantendo a ordem e evitando transtornos dentro do sistema prisional.

Além de verificar a situação do preso, a juíza também acompanha o processo de ressocialização, por meio do trabalho que o interno executa na unidade. Nas visitas, a magistrada é acompanhada por uma equipe de assessores, analistas e oficiais de justiça, que auxiliam no trabalho.

Na inspeção realizada no último mês de janeiro (dias 3 e 4), os apenados dos regimes fechado e aberto que trabalham na Malharia e Panificadora do Presídio do Olho d'água, receberam a visita da magistrada, que informa aos apenados sobre audiência, cálculo da pena, remição, livramento condicional e progressão de regime.

“Durante a inspeção eu conversei com todos os presos da unidade escolhida (provisórios, regimes fechado e semiaberto), anotando reclamações, checando a situação e resolvendo pendências. Dois meses depois voltamos com as decisões e respostas que incluem revisão de cálculos penais, dentre outros”, informa a juíza da 1ª VEP.

A magistrada ressaltou, ainda, o apoio da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) para a realização das inspeções, e a resolução dos problemas que necessitam de mediação da CGJ.

A Lei 7.210/84 de Execuções Penais (LEP) estabelece que o juiz da execução penal deverá inspecionar - mensalmente - os estabelecimentos prisionais, tomando providências para o adequado funcionamento e promovendo, quando for o caso, a apuração de responsabilidade.

Prefeito Luis Fernando recebe Comissão Estadual de Prevenção às Drogas

14/02/2017 09:34:59

O prefeito de São José de Ribamar, Luis Fernando, recebeu na tarde desta segunda-feira (13), o Comitê Estadual de Prevenção às drogas no Maranhão. Na equipe, a coordenadora da Comissão Externa da Câmara dos Deputados sobre o consumo de drogas entre jovens, a deputada federal Eliziane Gama (PPS), além do juiz Júlio Prazeres responsável por coordenar a campanha contra às drogas junto ao Tribunal de Justiça.

Durante o encontro a comissão apresentou a campanha "Maranhão na Prevenção às Drogas", que visa integrar os municípios maranhenses na luta pela prevenção, repressão e desenvolvimento de ações de combate às drogas em todo o estado, o que segundo a deputada Eliziane Gama, precisa acontecer urgentemente, uma vez que o estado figura entre os três mais violentos do país.

"Precisamos nos unir no combate a esse mal que vem tomando conta de forma muito rápida de nossas famílias e principalmente dos nossos jovens. Contamos com a adesão de São José de Ribamar na luta pela prevenção", disse a parlamentar.

Para o prefeito Luis Fernando a campanha chega em um bom momento e terá não apenas a adesão do município como também a parceria no desenvolvimento de ações para a criação de frentes que fortaleçam ainda mais as ações de prevenção criadas e/ou estabelecidas pelo Comitê da campanha.

"Não apenas vamos aderir como também designar nossa equipe que integrará o Comitê no desenvolvimento de ações preventivas, que, aliás, já fazem parte de nossa rotina, a exemplo do projeto "voluntariado", criado em minha gestão e que esta sendo retomado para trabalhar a partir de agora também questões específicas como estas nos bairros da cidade", disse o prefeito detalhando que cerca de 62 bairros integram o projeto que conta com o total de 3 mil pessoas que deverão colaborar com a disseminação das ações.

Ficou definido ainda que a participação da Prefeitura de São José de Ribamar na campanha será por meio das Secretarias que tratam da temática como: Educação, Saúde, Cultura, Juventude, e Assistência Social. Nos próximos dias também será assinado formalmente o termo de adesão e cooperação para a formalização da adesão bem como início da formatação de políticas municipais voltadas a prevenção às drogas.

MÁFIA DA SEFAZ: Justiça julga recurso de Trinchão nesta terça (14), em esquema de R\$ 400 mi

14/02/2017 05:53:19

O Tribunal de Justiça marcou para esta terça-feira, 14, às 9h, julgamento do recurso de agravo por parte da defesa do ex-secretário de Fazenda, Cláudio Trinchão, investigado na operação Simulacro, popularmente conhecida como "Máfia da Sefaz".

Em 2016, o desembargador Marcelo Carvalho Silva, relator do caso, foi contra o recurso. No último dia 7, o julgamento do agravo interno foi adiado, após pedido de vista do desembargador Antônio Pacheco Guerreiro Junior.

A defesa do ex-secretário nega qualquer participação de Trinchão no esquema.

No dia 31 de outubro, a 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Tributária e Econômica ingressou com uma Ação Civil Pública por atos de improbidade administrativa contra 10 pessoas envolvidas em um esquema de concessão ilegal de isenções fiscais na Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz). O esquema causou prejuízo superior a R\$ 400 milhões ao erário.

Foram alvos da ação o ex-secretário de Estado da Fazenda, Cláudio José Trinchão Santos; o ex-secretário de Estado da Fazenda e ex-secretário-adjunto da Administração Tributária, Akio Valente Wakiyama; o ex-diretor da Célula de Gestão da Ação Fiscal da Secretaria de Estado da Fazenda, Raimundo José Rodrigues do

Nascimento; o analista de sistemas Edmilson Santos Ahid Neto; o advogado Jorge Arturo Mendoza Reque Júnior; Euda Maria Lacerda; a ex-governadora do Maranhão, Roseana Sarney Murad; os ex-procuradores gerais do Estado, Marcos Alessandro Coutinho Passos Lobo e Helena Maria Cavalcanti Haickel; e o ex-procurador adjunto do Estado do Maranhão, Ricardo Gama Pestana.

Do Marrapá

Luís Fernando no combate às drogas

14/02/2017 12:00:28

Prefeito Luis Fernando Silva recebe Comissão Estadual de Prevenção às Drogas

O prefeito de São José de Ribamar, Luis Fernando, recebeu na tarde desta segunda-feira (13), o Comitê Estadual de Prevenção às drogas no Maranhão. Na equipe, a coordenadora da Comissão Externa da Câmara dos Deputados sobre o consumo de drogas entre jovens, a deputada federal Eliziane Gama (PPS), além do juiz Júlio Prazeres responsável por coordenar a campanha contra às drogas junto ao Tribunal de Justiça.

Durante o encontro a comissão apresentou a campanha "Maranhão na Prevenção às Drogas", que visa integrar os municípios maranhenses na luta pela prevenção, repressão e desenvolvimento de ações de combate às drogas em todo o estado, o que segundo a deputada Eliziane Gama, precisa acontecer urgentemente, uma vez que o estado figura entre os três mais violentos do país.

"Precisamos nos unir no combate a esse mal que vem tomando conta de forma muito rápida de nossas famílias e principalmente dos nossos jovens. Contamos com a adesão de São José de Ribamar na luta pela prevenção", disse a parlamentar.

Para o prefeito Luis Fernando a campanha chega em um bom momento e terá não apenas a adesão do município como também a parceria no desenvolvimento de ações para a criação de frentes que fortaleçam ainda mais as ações de prevenção criadas e/ou estabelecidas pelo Comitê da campanha.

"Não apenas vamos aderir como também designar nossa equipe que integrará o Comitê no desenvolvimento de ações preventivas, que, aliás, já fazem parte de nossa rotina, a exemplo do projeto "voluntariado", criado em minha gestão e que esta sendo retomado para trabalhar a partir de agora também questões específicas como estas nos bairros da cidade", disse o prefeito detalhando que cerca de 62 bairros integram o projeto que conta com o total de 3 mil pessoas que deverão colaborar com a disseminação das ações.

Ficou definido ainda que a participação da Prefeitura de São José de Ribamar na campanha será por meio das Secretarias que tratam da temática como: Educação, Saúde, Cultura, Juventude, e Assistência Social. Nos próximos dias também será assinado formalmente o termo de adesão e cooperação para a formalização da adesão bem como início da formatação de políticas municipais voltadas a prevenção às drogas.

Foto: Divulgação/ ASCOM/SJR

O post [Luís Fernando no combate às drogas](#) apareceu primeiro em [Zeca Soares](#).

TJ nega recurso do sindicato de escolas que pretendia suspender portaria do Procon

SÃO LUÍS - Os desembargadores da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) negaram recurso do Sindicato dos Estabelecimentos da Rede Particular do Maranhão (Sinep-MA), que pretendia suspender os efeitos da Portaria N° 52/2015 do Procon-MA. O documento define regras às escolas particulares quanto ao fornecimento de materiais escolares, bem como a proibição de indicação de marcas de itens, fardamento e restrições ao reajuste de mensalidades.

A decisão da Câmara manteve sentença do plantão judiciário da capital, que negou o pedido por considerar inadequado o manejo de mandado de segurança para o caso.

O Sinepe-MA ajuizou Mandado de Segurança contra o ato do Procon-MA afirmando que a Portaria N° 52/2015 - com nova redação dada pela Portaria n°. 01/2017 - violaria os princípios da legalidade, isonomia, segurança jurídica, razoabilidade e proporcionalidade, por apresentar caráter normativo geral, usurpando prerrogativas ao extrapolar sua atuação administrativa e normativa. Alegou ainda que a Portaria confere às escolas particulares uma série de restrições arbitrárias em matéria devidamente regulamentada pela legislação federal.

A decisão do plantão judiciário extinguiu o processo denegando a segurança, por considerar que a Portaria N° 52/2015 não seria ato de efeito concreto, uma vez que se reveste do caráter de generalidade e abstração, afastando o caráter eminentemente regulamentar, de forma que o mandado de segurança seria incabível, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) - a quem compete o controle concentrado de constitucionalidade de ato normativo estadual.

No mesmo sentido, os desembargadores denegaram recurso contra a sentença de 1º Grau, por entenderem que o mandado de segurança deve ser utilizado para anular ato que tenha violado direito líquido e certo.

Para a relatora, desembargadora Nelma Sarney, o caso deveria ser objeto de ação própria, com procedimento diferenciado. "Para pretender o reconhecimento da ilegalidade da portaria, a ação e procedimentos são outros, pois o mandado de segurança não se presta para impugnação de lei em tese", avaliou.

A votação do recurso e a sentença de 1º Grau não se manifestaram quanto à legalidade ou não da Portaria N° 52/2015, com a nova redação.

Leia outras notícias em imirante.com. Siga, também, o Imirante no Twitter, Instagram, Snapchat, curta nossa página no Facebook e se inscreva no nosso canal no YouTube. Envie informações à Redação do Portal por meio do WhatsApp pelo telefone (98) 99209 2383.

Anapurus: Parceria firmada entre Prefeitura e Cartório, garantirá registro gratuito para recém-nascidos ainda no hospital

Por Ronaldo Araujo10:18Sem Comentarios

Parceria fechada entre Prefeitura Municipal e Cartório, garantirá que a partir do próximo mês, todos os recém-nascidos sejam registrados gratuitamente ainda no hospital, garantindo acesso aos programas sociais e gratuidade no registro de nascimento, uma iniciativa que beneficiará principalmente as famílias mais carentes do município, que muitas vezes não tem condições financeiras de pagar pelo documento.

A certidão de nascimento é o primeiro passo para o pleno exercício da cidadania. Ela comprova sua existência, seu local e data de nascimento, o nome dos seus pais e avós.

Sem esse documento, os cidadãos ficam privados de seus direitos mais fundamentais e não tem acesso aos programas sociais. E quando adultos, não podem obter a carteira de identidade (RG), CPF e outros documentos.

Tirar uma certidão de nascimento é um processo fácil, rápido e o ideal é que os bebês já saiam das maternidades com nome e sobrenome.

A falta do registro de nascimento é uma violação a um direito fundamental de todas as pessoas: o direito a um nome. Além disso, não ter registro de nascimento causam às crianças dificuldades de acesso a serviços sociais básicos.

“Nosso hospital tem a vocação de cuidar de áreas muito delicadas, como a materno-infantil, e é por isso que é merecedor do recebimento de tão valorosa iniciativa”, destacou a Prefeita Vanderly.

Luis Fernando recebe Comissão Estadual de Prevenção às drogas

O prefeito destacou que uma equipe da prefeitura irá integrar o comitê no desenvolvimento de ações preventivas.

Fonte: Prefeitura de RibamarData de publicação: 13/02/2017

O prefeito de São José de Ribamar, Luis Fernando, recebeu, nesta segunda-feira (13), o Comitê Estadual de Prevenção às drogas no Maranhão. Na equipe, a coordenadora da Comissão Externa da Câmara dos Deputados sobre o consumo de drogas entre jovens, a deputada federal Eliziane Gama (PPS), além do juiz Júlio Prazeres, responsável por coordenar a campanha contra às drogas junto ao Tribunal de Justiça.

Durante o encontro a comissão apresentou a campanha "Maranhão na Prevenção às Drogas", que visa integrar os municípios maranhenses na luta pela

prevenção, repressão e desenvolvimento de ações de combate às drogas em todo o estado, o que segundo a deputada Eliziane Gama, precisa acontecer urgentemente, uma vez que o estado figura entre os três mais violentos do país.

“Precisamos nos unir no combate a esse mal que vem tomando conta de forma muito rápida de nossas famílias e principalmente dos nossos jovens. Contamos com a adesão de São José de Ribamar na luta pela prevenção”, disse a parlamentar.

Para o prefeito Luis Fernando a campanha chega em um bom momento e terá não apenas a adesão do município como também a parceria no desenvolvimento de ações para a criação de frentes que fortaleçam ainda mais as ações de prevenção criadas e/ou estabelecidas pelo Comitê da campanha.

“Não apenas vamos aderir como também designar nossa

equipe que integrará o Comitê no desenvolvimento de ações preventivas, que, aliás, já fazem parte de nossa rotina, a exemplo do projeto “voluntariado”, criado em minha gestão e que está sendo retomado para trabalhar a partir de agora também questões específicas como estas nos bairros da cidade”, disse o prefeito detalhando que cerca de 62 bairros integram o projeto que conta com o total de 3 mil pessoas que deverão colaborar com a disseminação das ações.

Ficou definido, ainda, que a participação da Prefeitura de São José de Ribamar na campanha será por meio das Secretarias que tratam da temática como: Educação, Saúde, Cultura, Juventude, e Assistência Social. Nos próximos dias também será assinado formalmente o termo de adesão e cooperação para a formalização da adesão bem como início da formatação de políticas municipais voltadas a

prevenção às
drogas.

Guerreiro pede adiamento do julgamento do recurso de Trinchão

O desembargador Guerreiro Junior pediu adiamento, para a próxima terça-feira, do julgamento do agravo impetrado pelo ex-secretário da Fazenda Cláudio Trinchão, na ação sobre improbidade administrativa na Sefaz.

Apesar de ter pautado o julgamento para a sessão desta terça-feira, Guerreiro justificou, na reunião da Segunda Câmara Criminal, que não deu tempo de analisar a apreciação do rumoroso caso, que envolve, também, dentre outras pessoas, a ex-governadora Roseana Sarney.

Vídeos mostram agressão de desembargador contra casal vítima também de homofobia

O JP online teve acesso a vídeos que mostram a agressão física do desembargador Jaime Ferreira de Araújo, do Tribunal de Justiça do Estado, contra o casal homoafetivo Vinicius Martins/Ravian Garrido, em uma clínica médica do Jaracaty, em outubro do ano passado.

Na última quinta-feira, o ministro João Otávio de Noronha, Corregedor do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), determinou ao Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) que intimasse Jaime Ferreira a prestar informações na 'Reclamação Disciplinar' em que é acusado de agressão e homofobia. O ministro aguarda a resposta do Poder Judiciário maranhense.

Reportagem sobre o assunto foi publicada na edição deste domingo do Jornal Pequeno, com ampla repercussão em São Luís.

Na reclamação ao CNJ, os conviventes Vinicius e Ravian contam que foram agredidos com ofensas verbais, como "veados, moleques, casal de bichas". Além disso, o magistrado chutou Vinicius Martins na recepção da clínica médica Gastrocentro, no edifício Medical Jaracaty.

O casal revela que chegou à clínica por volta das 6h30, onde Vinicius Martins faria exames, seguidos pelo desembargador Jaime acompanhado de uma mulher. Ambos já discutiam.

Além de brigarem entre si, segundo Vinicius e Ravian, o magistrado e a mulher brigaram com o porteiro, pois eles desejavam que a clínica fosse aberta antes do horário previsto: 7h.

Os conviventes relataram ao CNJ que, após abrir a Gastrocentro, o desembargador e sua acompanhante, em vez de retirarem a senha para atendimento, dirigiram-se a um funcionário da clínica e o agrediram verbalmente.

Após a agressão ao empregado, Jaime e companhia foram ao balcão para a retirada da senha de atendimento. Ao receberem a senha de número dois, iniciaram uma discussão com outra funcionária exigindo que fossem os primeiros a serem atendidos. Depois, o desembargador passou a agredir verbalmente Vinicius Martins e Ravian Garrido, que estavam com a senha número 1. Na reclamação, além do Boletim de Ocorrência, foram colocados os vídeos do circuito interno de segurança da clínica.

Recurso na ação de improbidade tem julgamento marcado para esta terça-feira

O julgamento do recurso de agravo está marcado para esta terça-feira, 14 de fevereiro, às 9h, na sede do Tribunal de Justiça

O julgamento do recurso de agravo referente a ação de improbidade da Operação Simulacro está marcado para esta terça-feira, 14 de fevereiro, às 9h, na sede do Tribunal de Justiça. O documento está registrado no sistema Processo Judicial Eletrônico (PJE) sob nº 0800374-71.2016.8.10.0000.

Em 2016, o desembargador Marcelo Carvalho Silva, relator do caso, julgou, em decisão monocrática, contra recurso interposto pela defesa de Cláudio José Trinchão Santos. Na sessão do dia 07 de fevereiro, o julgamento do agravo interno foi adiado após pedido de vista do desembargador Antônio Pacheco Guerreiro Junior.

ENTENDA O CASO

No dia 31 de outubro, a 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Tributária e Econômica ingressou com uma Ação Civil Pública por atos de improbidade administrativa contra 10 pessoas envolvidas em um esquema de concessão ilegal de isenções fiscais na Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz). O esquema causou prejuízo superior a R\$ 400 milhões ao erário.

As investigações do Ministério Público do Maranhão, a partir de auditorias realizadas pelas Secretarias de Estado de Transparência e Controle e da Fazenda, apontaram irregularidades como compensações tributárias ilegais, implantação de filtro no sistema da secretaria, garantindo a realização dessas operações tributárias ilegais e reativação de parcelamento de débitos de empresas que nunca pagavam as parcelas devidas.

Também foram identificadas a exclusão indevida dos autos de infração de empresas do banco de dados, além da contratação irregular de empresa especializada na prestação de serviços de tecnologia da informação, com a finalidade de garantir a continuidade das práticas delituosas.

Foram alvos da ação o ex-secretário de Estado da Fazenda, Cláudio José Trinchão Santos; o ex-secretário de Estado da Fazenda e ex-secretário-adjunto da Administração Tributária, Akio Valente Wakiyama; o ex-diretor da Célula de Gestão da Ação Fiscal da Secretaria de Estado da Fazenda, Raimundo José Rodrigues do Nascimento; o analista de sistemas Edimilson Santos Ahid Neto; o advogado Jorge Arturo Mendoza Reque Júnior; Euda Maria Lacerda; a ex-governadora do Maranhão, Roseana Sarney Murad; os ex-procuradores gerais do Estado, Marcos Alessandro Coutinho Passos Lobo e Helena Maria Cavalcanti Haickel; e o ex-procurador adjunto do Estado do Maranhão, Ricardo Gama Pestana.

COMPENSAÇÃO

O esquema irregular de compensações tributárias baseou-se em um acordo, realizado em 2003, entre o Estado do Maranhão e a empresa Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A. Dos mais de R\$ 147 milhões devidos à

empresa, cerca de R\$ 108 milhões deveriam ser utilizados na quitação de tributos estaduais, ficando permitida a cessão de créditos a terceiros. A Lei Estadual nº 7.801/2002, que permitia a operação, no entanto, foi revogada em 2004, pela Lei Estadual nº 8.152.

Entretanto, mesmo sem lei autorizadora, que é imprescindível nesses casos, a compensação de débitos tributários com créditos da Construções e Comércio Camargo Corrêa tornou-se prática constante na Sefaz a partir de abril de 2009. Somente de 17 de abril de 2009 a 31 de dezembro de 2014, foram efetuadas 1.913 compensações.

De acordo com as investigações, as compensações e alterações no sistema da Sefaz eram feitos diretamente por Akio Valente Wakiyama. A negociação dos créditos, por sua vez, era realizada pelo advogado Jorge Arturo Mendoza Reque Júnior e os valores desviados eram depositados em contas bancárias de Euda Maria Lacerda. Os três eram sócios na empresa Centro de Tecnologia Avançada (CTA).

FILTRO

Contribuía para a prática ilegal a instalação de um filtro no sistema Siat, da Secretaria de Estado da Fazenda, que mascarava as operações, limitando a visualização das transações. Com esse artifício, qualquer usuário que utilizasse o sistema encontraria R\$ 12.183.532,48 em compensações realizadas. O valor real era de R\$ 232.575.3012,11, muito superior, inclusive, aos pouco mais de R\$ 108 milhões em créditos devidos à Camargo Corrêa.

Mais informações

em <https://jornalpequeno.com.br/2017/02/13/recurso-na-acao-de-improbidade-tem-julgamento-marcado-para-est-a-terca-feira/>

Prefeito Luis Fernando recebe Comissão Estadual de Prevenção às Drogas

13/02/2017 23:43:00

O prefeito de São José de Ribamar, Luis Fernando, recebeu na tarde desta segunda-feira (13), o Comitê Estadual de Prevenção às drogas no Maranhão. Na equipe, a coordenadora da Comissão Externa da Câmara dos Deputados sobre o consumo de drogas entre jovens, a deputada federal Eliziane Gama (PPS), além do juiz Júlio Prazeres responsável por coordenar a campanha contra às drogas junto ao Tribunal de Justiça.

Durante o encontro a comissão apresentou a campanha "Maranhão na Prevenção às Drogas", que visa integrar os municípios maranhenses na luta pela prevenção, repressão e desenvolvimento de ações de combate às drogas em todo o estado, o que segundo a deputada Eliziane Gama, precisa acontecer urgentemente, uma vez que o estado figura entre os três mais violentos do país.

"Precisamos nos unir no combate a esse mal que vem tomando conta de forma muito rápida de nossas famílias e principalmente dos nossos jovens. Contamos com a adesão de São José de Ribamar na luta pela prevenção", disse a parlamentar.

Para o prefeito Luis Fernando a campanha chega em um bom momento e terá não apenas a adesão do município como também a parceria no desenvolvimento de ações para a criação de frentes que fortaleçam ainda mais as ações de prevenção criadas e/ou estabelecidas pelo Comitê da campanha.

"Não apenas vamos aderir como também designar nossa equipe que integrará o Comitê no desenvolvimento de ações preventivas, que, aliás, já fazem parte de nossa rotina, a exemplo do projeto "voluntariado", criado em minha gestão e que esta sendo retomado para trabalhar a partir de agora também questões específicas como estas nos bairros da cidade", disse o prefeito detalhando que cerca de 62 bairros integram o projeto que conta com o total de 3 mil pessoas que deverão colaborar com a disseminação das ações.

Ficou definido ainda que a participação da Prefeitura de São José de Ribamar na campanha será por meio das Secretarias que tratam da temática como: Educação, Saúde, Cultura, Juventude, e Assistência Social. Nos próximos dias também será assinado formalmente o termo de adesão e cooperação para a formalização da adesão bem como início da formatação de políticas municipais voltadas a prevenção às drogas.

O post [Prefeito Luis Fernando recebe Comissão Estadual de Prevenção às Drogas](#) apareceu primeiro em [O Quarto Poder](#).

Judiciário discute ressocialização de apenados com empresas em reunião na Emap

A Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), representada pelo juiz da 2ª Vara de Exceções Penais de São Luís, Fernando Mendonça, reuniu-se nesta sexta-feira (10) com o presidente da Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap), Ted Lago, e fiscais de contratos das empresas Maxtec e Amorim Coutinho, para discutir a inserção de apenados e egressos do sistema prisional no mercado de trabalho, conforme prevê a Lei 9.182/2010.

“A iniciativa faz parte do programa de reinserção social ‘Começar de Novo’ e visa alinhar com as empresas que atuam no distrito portuário de São Luís as medidas a serem adotadas para criar oportunidade de trabalho aos apenados e egressos sistema carcerário, promovendo a cidadania em benefício da sociedade”, explicou o juiz Fernando Mendonça, durante a reunião, no auditório da Emap.

O magistrado afirmou que as portas se fecham para as pessoas que já passaram pelo sistema prisional. “Nesse sentido, é necessário fortalecer, junto às empresas, a ideia e a compreensão de que o processo de inclusão da população egressa do sistema prisional é responsabilidade de todos, inclusive das empresas que, ao garantir emprego e trabalho, resgata a dignidade daqueles que um dia erraram e agora querem reconstruir suas vidas”, frisou.

A coordenadora da Divisão do Programa Começar de Novo na Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do TJMA, Ana Lúcia Ramos Araújo, disse que, nesse momento, a preocupação é definir estratégias que possam sensibilizar o empresariado maranhense para o efetivo cumprimento da Lei 9.182/2010.

O presidente da Emap, Ted Lago, por sua vez, disse que a ressocialização de apenados e egressos do sistema carcerário é um assunto que necessita ser permanentemente debatido pelo Poder Público e instituições, tendo em vista seu caráter social.

Lago elogiou o importante trabalho da Unidade de Monitoramento Carcerário no desenvolvimento do Programa Começar de Novo no Maranhão, visando reduzir a reincidência criminal entre apenados e egressos do sistema prisional buscando espaço de trabalho para estes retornem ao convívio social.

“O sucesso dessa louvável iniciativa depende de todos nós. A sociedade deve despertar para essa problemática e dar a sua contribuição para o processo de ressocialização de apenados”, ressaltou.

A mesma ideia foi compartilhada pela coordenadora de Limpeza Pública do Município de São Luís, Carolina Estrela, que reforçou a necessidade do Poder Público amparar os egressos do sistema prisional, utilizando a mão-de-obra dos mesmos para viabilizar o processo de ressocialização.

COMEÇAR DE NOVO - O Programa Começar de Novo busca reduzir a reincidência criminal por meio da oferta de cursos de capacitação e de empregos. O projeto é fruto de uma parceria entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), tribunais de Justiça, governos estaduais e municipais, empresas e entidades da sociedade civil.

As vagas para emprego são geradas por meio da sensibilização da classe empresarial local, no tocante à contribuição para o processo de ressocialização de apenados. O público beneficiado faz parte de um banco de dados composto por apenados.

Assessoria de Comunicação do TJMA